

**TRABALHO PROCRIATIVO:
DA SOBREVIVÊNCIA HUMANA À ACUMULAÇÃO DE
CAPITAL**

**TRABAJO PROCREATIVO:
DE LA SUPERVIVENCIA HUMANA A LA ACUMULACIÓN DE CAPITAL**

**PROCREATIVE WORK:
FROM HUMAN SURVIVAL TO CAPITAL ACCUMULATION**

Adenaide Amorim Limaⁱ
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
Id. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6453520714677478>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0597-6275>
Endereço eletrônico: adenaideamorim@gmail.com

Lisiane da Silva Zuchetto
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
Id. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6453520714677478>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6247-4098>
Endereço eletrônico: lisizuchetto@hotmail.com

DOI: 10.22481/rbba.v13i01.14477

RESUMO

Neste texto, refletimos sobre a procriação humana com o trabalho, abordando sua relação com a sobrevivência da espécie, a complexidade da organização social, o surgimento do Estado e a acumulação de capital. Analisamos esta questão fundamentada em conceitos de filósofas como Hannah Arendt e Silvia Federici, destacando o papel do trabalho na manutenção da vida e na reprodução da força de trabalho. Evidenciamos aspectos históricos, sociais e econômicos da procriação. Destacamos a mudança na percepção da procriação ao longo do tempo, com a transição de sociedades igualitárias para sociedades de classes, onde a procriação passou a ser instrumentalizada para o acúmulo de capital. Abordamos também a

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 13	Num.1	Jun/2024	p.06-20
----------------	--	---------	-------	----------	---------

subordinação das mulheres no contexto da procriação, destacando como o controle sobre seus corpos foi historicamente manipulado pelo Estado e pela sociedade patriarcal, assim como a repressão das mulheres que desafiavam as normas de gênero e a estrutura de poder. Por fim, o texto ressalta a importância de reconhecer e valorizar o trabalho de procriação, bem como de combater as desigualdades de gênero e as formas de opressão que afetam as mulheres nesse contexto.

Palavras-chave: Procriação. Trabalho. Mulher.

RESUMEN

En este texto, reflexionamos sobre la procreación humana junto con el trabajo, abordando su relación con la supervivencia de la especie, la complejidad de la organización social, el surgimiento del Estado y la acumulación de capital. Analizamos esta cuestión fundamentada en conceptos de filósofos como Hannah Arendt y Silvia Federici, destacando el papel del trabajo en el mantenimiento de la vida y en la reproducción de la fuerza de trabajo. Evidenciamos aspectos históricos, sociales y económicos de la procreación. Destacamos el cambio en la percepción de la procreación a lo largo del tiempo, con la transición de sociedades igualitarias a sociedades de clases, donde la procreación pasó a ser instrumentalizada para la acumulación de capital. Abordamos también la subordinación de las mujeres en el contexto de la procreación, destacando cómo el control sobre sus cuerpos fue históricamente manipulado por el Estado y la sociedad patriarcal, así como la represión de las mujeres que desafiaban las normas de género y la estructura de poder. Por último, el texto resalta la importancia de reconocer y valorar el trabajo de procreación, así como de combatir las desigualdades de género y las formas de opresión que afectan a las mujeres en este contexto.

Palabras claves: Procreación. Trabajo. Mujer.

ABSTRACT

In this text, we reflect on human procreation through labor, addressing its relationship with the survival of the species, the complexity of social organization, the emergence of the State, and the accumulation of capital. We analyze this issue based on concepts from philosophers such as Hannah Arendt and Silvia Federici, highlighting the role of labor in sustaining life and reproducing the workforce. We highlight

historical, social, and economic aspects of procreation. We emphasize the change in the perception of procreation over time, with the transition from egalitarian societies to class societies, where procreation became instrumentalized for the accumulation of capital. We also address the subordination of women in the context of procreation, highlighting how control over their bodies was historically manipulated by the State and patriarchal society, as well as the repression of women who challenged gender norms and power structures. Finally, the text underscores the importance of recognizing and valuing the work of procreation, as well as combating gender inequalities and forms of oppression that affect women in this context.

Keywords: Procreation. Labor. Woman.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, de cunho bibliográfico, tem como objetivo principal chamar a atenção para a questão da procriação humana como trabalho produtivo, a partir de uma abordagem histórico-filosófica. Conforme veremos ao longo deste texto, a procriação humana, semelhante às outras espécies de animais, sempre esteve relacionada à sobrevivência da espécie. Todavia, diferentemente das outras espécies de animais, a finalidade do trabalho procriativo para os humanos adquiriu novos contornos e propósitos a partir da complexificação da organização social, do surgimento do Estado e da acumulação de capital.

Existe uma rica literatura que discute, já há bastante tempo, a questão do cuidado materno, da maternagem como trabalho, bem como o fato de que esse cuidado não necessariamente deva ser despendido por quem gesta a vida. Certamente que a procriação humana exigirá em algum momento esse tipo de cuidado, mas este não é o nosso foco. Não entraremos na questão da maternidade (relação mãe-criança) ou maternagem (cuidados com a criança) (MOURA; ARAÚJO, 2004), uma vez que quem gesta e dá à luz nem sempre o faz pelo propósito materno, como as mulheres que alugam seus úteros (barriga de aluguel), por exemplo. Mesmo quando há o propósito materno envolvido, o nascimento de um novo ser humano tem implicações sociais que extrapolam essa relação mãe-criança, independentemente do fato da procriação ser ou não fruto de uma escolha.

Restringimo-nos a discussão ao ato de procriar (gestar e dar à luz), trabalho este ainda exclusivamente despenhado no e pelo corpo biologicamente feminino, equipado com um útero

- único meio atual legalmente capaz de gerar a vida de outro ser humano. Este processo exige do corpo que gesta amplo desgaste físico e mental. Em parte, por não ser possível pausar esse trabalho ou compartilhá-lo com outro corpo em algum momento do processo. Além do potencial risco de vida de quem gesta e dos grandes investimentos de tempo, há também muito investimento financeiro. Quanto menor for o poder aquisitivo da gestadora e menor apoio ela tiver, maior será o desgaste do seu corpo para gestar e se manter.

Para fundamentar a nossa reflexão, recorreremos ao conceito de trabalho elaborado pela filósofa Hannah Arendt em sua obra *A condição humana*; utilizamos ainda a rica obra de Eleanor Leacock, *Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres*, numa perspectiva transcultural e o livro de Sergio Lessa, *Abaixo a família monogâmica!*, para compreendermos a questão da procriação dos povos originários anterior às transformações em seus modos de vida em decorrência da exploração colonizadora europeia ou do surgimento da sociedade de classe; e, por fim, com Silvia Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*, abordaremos como o sistema capitalista se apropriou da procriação feminina para o acúmulo e o fortalecimento do capital, dominando os corpos das mulheres e desqualificando seu trabalho como improdutivo.

O TRABALHO DE PROCRIAR PARA MANUTENÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA

Em seu livro, *A condição humana*, Hannah Arendt reelabora o conceito aristotélico *vita activa* e elenca três atividades que, segundo ela, são fundamentais para que os seres humanos vivam no planeta Terra: o trabalho, a obra e a ação. Conforme enunciamos anteriormente, neste artigo fundamentar-nos-emos no conceito arendtiano de trabalho para refletir sobre a questão da procriação. Em Arendt (2017), o trabalho corresponde àquela atividade que tem como finalidade a manutenção e a reprodução da vida. Ligada às necessidades biológicas, a atividade do trabalho nos vincula aos outros animais, obrigando-nos a manter laços permanentes com a natureza.

Por serem produzidos e consumidos de forma quase que imediata, os frutos do trabalho não ocupam de modo efetivo um lugar no mundo. Mesmo estando em meio a um mundo de coisas duráveis, os resultados do trabalho aparecem e desaparecem como se nunca houvessem existido. Por isso, apesar de sua tangibilidade, a atividade do trabalho ocupa na sociedade um lugar efêmero.

Embora feitas pelo [ser humano] [...], vêm e vão, são produzidas e consumidas de acordo com o sempre-recorrente movimento cíclico da natureza. Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia sua existência e o torna vivo (ARENDDT, 2017, p.118).

Neste sentido, a vida biológica humana é compreendida como algo que aparece e desaparece, desgasta-se e se integra ao círculo amplo da natureza, depois de tornar-se matéria morta, como acontece com qualquer outro organismo vivo na Terra. O ser humano no trabalho não inaugura nem um começo e nem um fim, não nasce e nem morre, apenas surge como uma ocorrência natural crescendo e declinando em um processo infinitamente repetitivo.

Como uma das necessidades fundamentais do trabalho, a procriação tem a função primordial de manter e imortalizar a espécie humana. “Tudo que o trabalho produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e esse consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz – a nova ‘força de trabalho’” (ARENDDT, 2017, p.122).

No trabalho, Arendt organiza as distribuições por sexo. Discordamos da autora quando ela diz que a manutenção da vida individual é uma tarefa do homem, visto que a mulher também a mantém. Em contrapartida, concordamos com Arendt quanto à manutenção da espécie ser uma tarefa da mulher, devido ao alto investimento que o corpo feminino faz ao longo do processo de gestar e dar à luz. É nesse sentido que cabe a este corpo a responsabilidade pela sobrevivência da espécie.

O fato de que a manutenção individual devesse ser a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a tarefa da mulher era tido como óbvio em ambas as funções naturais, o trabalho do homem para fornecer o sustento e o trabalho da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. (ARENDDT, 2017, p.37).

De um modo ou de outro, o combustível da atividade do trabalho é o próprio corpo do indivíduo. O que ocorre neste corpo não pode ser compartilhado com nenhum outro: nem a sua felicidade, nem sua dor ou sua necessidade. Cada indivíduo alcança, no interior do seu próprio corpo, sensações independentes do mundo. O máximo que a atividade do trabalho de um indivíduo pode alcançar com sua força e fertilidade é a promoção do sustento de outros indivíduos. Conforme Arendt (2017), a miséria e a riqueza desequilibram esse ciclo de

felicidade elementar: a miséria, ao propiciar mais exaustão e dor; e a riqueza, ao impor o tédio àquele que delega tais atividades a outros corpos.

Há, no entanto, um ponto de igualdade entre as diferentes classes: o corpo que gesta o trabalho permanece o mesmo na pobreza e na riqueza. Contudo, essa igualdade para por aí, uma vez que, se as condições objetivas não forem favoráveis no caso da mulher pobre, ela precisará desempenhar muitos trabalhos simultâneos, além daquele de gestar. O procriar, portanto, mantém a espécie, mas a forma como esse trabalho atinge as mulheres é revelador das diferenças entre as classes.

A PROCRIAÇÃO COMO DISPOSITIVO DE MANUTENÇÃO SOCIAL

Hannah Arendt, ao fazer uma análise histórica das atividades públicas e privadas no ocidente, destaca que, nos primórdios, a agregação social humana tinha por princípio a necessidade e a manutenção da vida. Por essa razão, na antiguidade, estava relegada ao domínio da vida privada. Na Grécia clássica, o trabalho era uma atividade exercida por escravos, bárbaros e artesãos, ou seja, homens e mulheres que não faziam parte da *pólis*, isto é, da vida pública, pois a “[...] associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, [...] encontra-se em oposição direta a ela [a política]” (ARENDR, 2017, p.29).

Para Hannah Arendt, “[...] a companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica, que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal” (ARENDR, 2017, p.27). Nesse contexto, a procriação tinha como objetivo garantir a manutenção da sociedade, independentemente de quão simples ou quão complexa ela fosse.

Para Lessa (2012, p.10), a vida humana, desde os primórdios, ou era comunitária ou não seria possível, pois não havia outro modo de sobreviver, “[...] independente de qual sociedade primitiva estejamos falando: nas tribos africanas, na Austrália, na Ásia ou nas Américas, em todas as sociedades primitivas a colaboração e a união dos esforços eram a chave para a sobrevivência”. A colaboração deveria permear todos os aspectos da vida desses grupos sociais, uma vez que o desequilíbrio no grupo poderia levar a sua extinção.

A procriação desempenhava uma função primordial nesse processo, bem como as decisões em torno dela. As mulheres com capacidade de procriação tinham mais importância

para o grupo em relação às outras mais velhas ou aos homens. Sérgio Lessa (2012, p.11), ao tratar da importância do papel da mulher nas sociedades originárias, ressalta que:

Nas sociedades que viviam da coleta, a taxa de fertilidade (a quantidade de bebês em relação ao total de pessoas) dependia diretamente da quantidade de mulheres capazes de procriar. E como apenas era possível criar um determinado número bastante pequeno de bebês por ano, era preciso regular da melhor forma possível a quantidade de mulheres adultas, de homens adultos e, portanto, de crianças e bebês de cada um dos sexos. Se fosse necessário aumentar a proporção de homens, os bebês femininos eram abandonados, e vice-versa. E, também, como a morte de um homem adulto não alterava a quantidade de bebês que o bando poderia ter, a vida das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabia a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas.

Eleonor Leacock (2019), ao desmistificar muitas narrativas darwinistas sobre a origem do patriarcado ocidental moderno, recorre aos registros feitos por jesuítas e outros estudos antropológicos sobre os povos originários antes de serem colonizados. Ela ressalta que, entre os povos caçadores-coletores, a família nuclear, de forma alguma, constituía a unidade básica da sociedade. A razão, segundo a autora, se devia ao seguinte aspecto: as decisões relativas à procriação, aos cuidados com doentes e com os idosos, deveriam ser tomadas em grupo pelas razões óbvias de sobrevivência:

A prática eventual de deixar os velhos para trás para morrer, quando um grupo de caça se confronta com a fome, é o lado trágico da mesma responsabilidade social, num cenário em que a vida é tão estreitamente dependente dos caprichos da natureza. Ser deixado para trás pelo bando em sua desesperada busca por comida é, de um modo geral, uma escolha dos próprios velhos como um recurso necessário à sobrevivência do grupo (LEACOCK, p.165).

Do mesmo modo, para garantir o equilíbrio social, “[...] as crianças deveriam ser espaçadas para seu próprio bem-estar assim como para o bem-estar de suas mães e do grupo como um todo, e o infanticídio deve ser entendido como o último recurso quando vários métodos de controle de natalidade ou aborto fracassavam” (LEACOCK, 2019, p.271). Em nome deste mesmo equilíbrio, o cuidado e a responsabilidade pela vida das crianças não poderia ser tarefa dos pais biológicos, mas do coletivo como um todo, “[...] a morte de um adulto seria ainda pior para a comunidade se o esforço já dedicado à criação de algumas crianças fosse também perdido [...]. Tal como a vida de cada indivíduo estava intimamente associada à sobrevivência de todos, a vida de cada criança era protegida por todos” (LESSA, 2012, p. 11).

Em nome desta coesão social, em muitas sociedades originárias, a paternidade era social e não biológica.

No entanto, essa organização foi modificada com a complexificação das sociedades. A procriação passou a ter um novo sentido com a origem da família nuclear monogâmica, fruto da transição entre sociedades igualitárias para sociedades de classes. Na sociedade estratificada, a sobrevivência passa a ser responsabilidade individual e não mais coletiva. Quando a organização social se modifica e as decisões a respeito da sobrevivência dos indivíduos não passam mais pelo grande grupo, ninguém quer investir na criação dos filhos de outras pessoas. “Por isso, quando a exploração do homem pelo homem, se instaura e a concorrência passa a predominar na vida social, não mais é possível que a criação e educação das crianças [...] permaneçam como atividades coletivas. Terão que ser, agora, atividades privadas” (LESSA, 2012, p.18).

Lessa (2012, p. 18-19) conta-nos um pouco como foi a passagem das sociedades igualitárias para sociedades organizadas em classe, originando o patriarcado, a família nuclear, a monogamia para as mulheres e, conseqüentemente, sua subjugação e a de seus corpos:

O primeiro traço comum a todos esses processos é o fato de que a destruição das sociedades primitivas e a imposição da exploração do homem pelo homem apenas pôde ocorrer pela aplicação da violência. É nesse momento histórico que a guerra surge como um complexo social que fará parte da humanidade até os nossos dias. Como será da guerra que virão os escravos e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Caberá, então, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade, acima de tudo a exploração do trabalhador. A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e conquista de novos territórios, etc., surgem já como atividades masculinas.

A partir de então, o ambiente privilegiado para tomar as decisões sobre a procriação passa a ser o lar, a vida familiar. É nesse novo contexto que identificamos o primeiro momento de controle social sobre o corpo da mulher, cujo objetivo era o de garantir a paternidade biológica e a transmissão de propriedades e riquezas de forma linear de pais para filhos legítimos. Isso facilita, até hoje, a preservação da riqueza dentro de uma mesma família ao longo de gerações, ajudando a manter as estruturas de classe.

Conforme elucidamos no segundo tópico deste texto, na Grécia clássica fortemente patriarcal, a vida privada e a vida política eram bastante demarcadas. Na vida doméstica, o

chefe da casa tinha o direito sobre a vida e a morte dos seus membros. Era natural ao chefe da casa recorrer ao uso da violência para manter a organização doméstica e, assim, garantir e preservar a manutenção da vida. Não sabemos realmente como era determinada a questão da procriação na privacidade do lar, mas, como nos lembra Arendt (2017): “Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram escondidos não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era ‘trabalhosa’ [*laborious*], dedicada a funções corporais. (p. 90). Certamente, cabia ao homem, o chefe da família, a decisão quanto ao uso do corpo feminino para fins de procriação.

O fato é que, na Grécia clássica, a cidade-Estado e a vida na *pólis* deveu sua origem e manutenção à vida privada. Segundo Arendt (2017), essa era a única razão para existir a chamada “vida doméstica”: conservar e proteger a vida da *pólis*. No interior da vida privada, mulheres e escravos sustentavam com o trabalho dos seus corpos, através da procriação e da produção de riquezas, a manutenção da liberdade e o modelo político da cidade. Trabalhos estes, que hoje sabemos, considerados indignos pelos homens que dedicavam a vida à atividade política.

A distinção, e a fronteira quase rígida que separava a esfera pública e a esfera privada, bem como a interdependência entre estes dois âmbitos, começaram a ruir na Idade Média. Essa fronteira tornou-se cada vez mais maleável: “Esse abismo entre privado e o público ainda existia de certa forma na Idade Média, embora houvesse perdido muito da sua importância e mudado inteiramente de localização” (ARENDRT, 2017, p.41). Isso se for possível equiparar o feudalismo com o domínio privado e o religioso com a esfera pública.

Na modernidade, estas fronteiras são eliminadas. A cidade-Estado dá lugar ao Estado-nação e a esfera social encontra uma nova forma política. A nação passou a ser concebida como uma grande família e o governo das cidades cedeu espaço para o administrador que passou a gerir os assuntos políticos, da mesma forma que organizava a vida doméstica na antiguidade. O trabalho saiu do domínio privado para a vida pública até a modernidade “[...] aqueles que trabalhavam não eram cidadãos” (ARENDRT, 2016, p.45). Na modernidade isso é invertido, onde cidadão é aquele que trabalha.

Este resumido panorama histórico revela uma verdade simples e elementar: desde os primórdios da vida humana, a procriação sempre foi um dispositivo fundamental de manutenção social, independentemente do modelo social vigente. Porém, conforme veremos com Silvia Federici (2017), apesar de fundamental, esse trabalho realizado pelo corpo da

mulher, a procriação, é, ainda hoje, erroneamente entendido como um não-trabalho e, na possibilidade de ser reconhecido como trabalho e gerar riquezas, é ignorado.

A PROCRIAÇÃO COMO MECANISMO DE SUSTENTAÇÃO E ACUMULO DE CAPITAL

Silvia Federici (2017), partindo de uma perspectiva histórica, evidencia a discriminação e a desigualdade no processo de valoração do trabalho produzido pelo corpo da mulher no mundo capitalista. A autora defende que essa discriminação não é uma herança do mundo pré-moderno, mas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento capitalista. Essa desigualdade foi instituída a partir das diferenças sexuais existentes biologicamente e reconstruídas socialmente na tentativa de cumprir novas funções com o surgimento da propriedade privada.

Federici revisita a formação e sustentação do capitalismo ao analisar a importância da reprodução da vida e da força de trabalho. Ela argumenta que o trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado das mulheres, frequentemente visto como improdutivo, é na verdade essencial para o funcionamento do sistema capitalista. Esses trabalhos são fundamentais para a produção capitalista. Além disso, são uma das principais razões pelas quais as mulheres são subordinadas.

Ao analisar o processo de “[...] mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017 p. 26), Sílvia localiza o seu início no período da crise demográfica e econômica ocorrida entre as décadas de 1620 e 1630 na Europa. Neste contexto, problemas relacionados ao trabalho, à população e à acumulação de riquezas são discutidos no contexto das estratégias políticas. O objetivo era produzir mecanismos para um regime de controle populacional por parte do Estado com métodos próprios de regulação da procriação humana, retirando das mulheres o controle sobre a sua reprodução.

Conforme Federici: “Essa política [...] teve um aspecto ‘intensivo’, que consistia [...] no esforço para aumentar o tamanho da população e, desse modo, a envergadura do exército e da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 173). Neste contexto, os seres humanos passaram a ser vistos como recursos naturais que trabalhavam e criavam para o Estado. Logo, a principal ação do Estado para restabelecer a proporção populacional foi iniciar um confronto com as mulheres para retirar o controle que elas possuíam sobre seus corpos, logo, sobre a sua reprodução. O

principal mecanismo consistia em criminalizar e demonizar qualquer forma de controle de natalidade e práticas sexuais não procriativas. A autora situa neste período o início dos tenebrosos mecanismos de caça às bruxas.

Foi no século XVII que surgiram as mais severas punições para as práticas de contracepção, aborto e infanticídio. Foram adotadas novas formas de vigilância no intuito de garantir que as mulheres não interrompessem sua gravidez. Na França, por exemplo, as mulheres foram obrigadas a registrar todas as suas gestações e, quando os seus bebês morriam antes do batismo, essas mulheres eram sentenciadas à morte. Consequentemente, as mulheres passaram a ser processadas e executadas por infanticídio em grande escala. A vida das mulheres valia menos que a vida dos fetos em seus úteros. “[...] [Com a] procriação [...] colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 178), o útero passou a ser território político, controlado pelos homens e pelo Estado, além de uma máquina de produção de trabalhadores.

Federici ressalta que a mulher branca e pobre que tinha o seu corpo apropriado para essa finalidade (produção de trabalhadores), nesse período da acumulação primitiva na Europa, poderia ser comparada com as mulheres negras escravizadas que trabalhavam nas plantações das colônias americanas. Era como se, para todas elas, tivessem que cumprir um único “destino”. Após o fim do tráfico de pessoas escravizadas, as mulheres negras saíram das plantações coloniais americanas e foram forçadas a serem criadoras de novos trabalhadores. Os ganhos econômicos decorrentes dos nascimentos gerados pelas mulheres negras de forma obrigatória foram ainda mais escondidos. O fato é que a condição da mulher escravizada demonstra de forma explícita a verdade e a lógica da acumulação capitalista.

A comparação entre mulheres negras e brancas apresenta muitas ressalvas, haja vista que as mulheres europeias não eram declaradamente expostas às agressões sexuais, ainda que mulheres proletárias fossem estupradas com impunidade e castigadas por isso. Apesar de existirem diferenças, afirma Federici, “[...] em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (FEDERICI, 2017, p.178).

Como marxista, Federici observa que esse aspecto da acumulação primitiva não esteve presente na análise sobre o trabalho de Karl Marx. Ela afirma que ele nunca reconheceu em

seus escritos a possibilidade da procriação tornar-se um meio de exploração e, da mesma maneira, um terreno de resistência. Segundo ela, Marx deveria ter formulado o questionamento:

Por que a procriação deveria ser um ‘fato da natureza’ e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas?’ Tampouco imaginou que os homens e mulheres poderiam ter interesses distintos no que diz respeito a fazer filhos (FEDERICI, 2017, pp. 179-180).

Nesse sentido, para a pensadora italiana, as modificações que ocorreram no interesse da procriação não foram automáticas ou naturais. Prova disso, é que, em todas as suas fases capitalistas, o Estado teve que buscar amparo na regulação e na coerção da reprodução humana para expandir ou reduzir a força de trabalho, principalmente quando o capitalismo estava decolando e precisava do corpo humano como meio de produção. Mas, mesmo depois, “[...] o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer” (FEDERICI, 2017, p. 180).

Silvia aponta que a perda do controle por parte das mulheres sobre a procriação, sua sexualidade e o seu corpo foi um fenômeno no qual Estado retirou delas também a sua integridade física e psicológica. Ao fazer isso, sua maternidade foi conduzida a uma degradação à condição de trabalho forçado, prendendo às mulheres a atividade reprodutiva. No cenário da nova divisão sexual do trabalho no mundo capitalista, o ato de forçar as mulheres a procriar sem o seu consentimento é considerado por Federici como uma definição parcial das funções sociais das mulheres nesse mesmo contexto.

Mas, devemos entender que isso tudo não aconteceu devido à passividade das mulheres. Se milhares de mulheres foram julgadas, massacradas, torturadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de venderem seus corpos ao demônio e, por meio da magia, praticarem o crime de assassinato contra crianças, foi porque essas mulheres desafiaram a estrutura do poder não só do Estado como também da Igreja Católica vigente.

Considerando o contexto histórico, o gênero e a classe das acusadas na caça às bruxas, segundo Federici, esse fenômeno, que ocorreu com maior robustez na Europa, tratava-se de um ataque em resposta à resistência por parte das mulheres, quando elas agiram contra a difusão das relações capitalistas, um poder adquirido em razão da sua sexualidade, do seu controle sobre a reprodução e, ainda, do seu conhecimento da medicina curativa.

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino — que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (FEDERICI, 2017, pp.305-306).

Diante desse cenário, faz sentido acreditar, em parte, que a caça às bruxas tenha surgido na tentativa de criminalizar o controle da natalidade e, com isso, colocar o corpo feminino, especificamente o útero, a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho. Essa é apenas uma hipótese, já que o que realmente pode ser afirmado com certeza “[...] é que a caça às bruxas foi promovida por uma classe política que estava preocupada com a diminuição da população, e motivada pela convicção de que uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação” (FEDERICI, 2017, p. 326-327).

Como consequência, a pensadora italiana afirma que “[...] a caça às bruxas [não só] expropriou os corpos das mulheres liberando-os de quaisquer tipos de obstáculos que pudesse impedi-los de funcionar como máquinas para produzir mão de obra” (FEDERICI, 2017, p. 330). Não obstante, a caça às bruxas provocou outros efeitos na posição social das mulheres, “[...] ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social” (FEDERICI, 2017, p. 326-327). As consequências dessas perdas podem ser facilmente observadas nos dias de hoje, como a desvalorização do seu trabalho procriativo, a pesar da sua importância social; sua subordinação social e, até pouco tempo, legal; reforços de estereótipos negativos; desconfiança e controle; medo; silenciamento etc.

Após dois séculos de perseguição e crimes contra uma figura considerada satânica, representada pelo feminino, a dominação passou a ganhar uma espécie de sofisticação. A caça às bruxas se encerra no fim do século XVII, após a classe dominante do período vivenciar uma sensação de segurança em relação ao seu poder. O derramamento de sangue de mulheres passa a ser entendido como desnecessário e improdutivo, já que seus úteros poderiam prover filhos para o trabalho assalariado. Surge então o enaltecimento de outro tipo de mulher como uma nova forma de controle. Surge o estereótipo da mulher ideal: esposa, mãe, passiva, amorosa, obediente, casta, de poucas palavras, submissa e sempre ocupada com suas tarefas do lar.

CONCLUSÃO

O presente texto teve como objetivo instigar a discussão sobre um trabalho fundamental, mas ainda pouco discutido, que é o trabalho de quem gesta e dá à luz, ou seja, quem reproduz a vida e proporciona o bem-estar humano. A marginalização do trabalho procriativo pode ser analisada a partir da divisão sexual do trabalho como algo improdutivo. Essa percepção contribuiu para uma associação entre a atividade masculina e a produção mercantil, por um lado, e a atividade de reprodução como feminina e improdutivo, por outro.

Conforme podemos perceber, esse tipo de pensamento que desqualifica o trabalho da mulher encontra-se velado nos discursos políticos e tende a desvalorizar o papel desta na produção capitalista. A atividade procriativa, assim como outras desempenhadas por mulheres, é julgada como não-trabalho, apesar de sustentar e constituir a base de toda a sociedade humana.

Federici nos ajudou a conceber a ideia de que, enquanto a exploração dos homens ocorre principalmente no local de trabalho, a exploração das mulheres ocorre através do controle e uso dos seus corpos. Outra forma de exploração ocorre através da invisibilização e da desvalorização de suas atividades produtivas essenciais para a propagação do sistema capitalista. Hoje em dia, o corpo feminino que gesta e dá à luz, continua sendo uma espécie de prisão quando está às voltas com o trabalho da procriação: o corpo, o tempo, a energia, a atenção e o enfrentamento dos limites em decorrência da reprodução da vida, não recebe nenhum provento.

A falta de reconhecimento do trabalho reprodutivo precisa ser colocada na agenda política da sociedade contemporânea. Dar visibilidade a essa questão é fundamental como primeira iniciativa que, posteriormente, deva ser reconhecida no sistema capitalista a partir de medidas que proporcionem a libertação e a autonomia desse corpo que gesta e faz surgir novos indivíduos, produzindo assim, ainda hoje, a força de trabalho necessário. Até quando o trabalho procriativo, fundamental para a sobrevivência da espécie humana, para a manutenção social e para a acumulação de capital continuará sendo um trabalho socialmente ignorado?

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 24 (1), 2004, p. 44-55.

ⁱ Bolsista de doutorado (CAPES).